

# Tax Alert

## Orçamento do Estado (LOE 2026)

2026





**Pedro Fugas**  
**Country Tax Leader**

pedro.fugas@pt.ey.com

**CONTACTOS**

**Lisboa**

Avenida da Índia, nº 10, Piso 1,  
1349-066 Lisboa  
Tel: 217 912 000

**Porto**

Rua Direita de Francos, 165 14º  
4100-211 Porto  
Tel: 226 002 015

## Introdução

No dia 30 de dezembro de 2025, foi aprovado o Orçamento do Estado para 2026 através da Lei n.º 73-A/2025 (“LOE 2026”).

A LOE 2026 está em linha com a Proposta de Lei submetida no passado dia 9 de outubro, pelo Governo, a qual não apresenta qualquer alteração significativa e estrutural em matéria fiscal. Isto deve-se muito à estratégia que o Governo adotou de simplificação do documento orçamental, o que facilitou a sua aprovação na Assembleia da República, no passado dia 30 de dezembro. As medidas fiscais emblemáticas (os tradicionais “cavaleiros orçamentais”) foram (ou ainda estão a ser) discutidas autonomamente, e à margem da LOE 2026, com os dois principais partidos da oposição, com quem o Governo já negociou (ou está ainda a negociar) medida a medida.

Assim sendo, a LOE 2026 acaba por verter, no essencial, as medidas antes apresentadas na Proposta de Lei, prevendo apenas e tão somente:

- ▶ A redução de 0,3 pontos percentuais nas taxas de IRS nos 2.º a 5.º escalões, bem como a atualização dos escalões de IRS em 3,51%, conforme Portaria publicada no passado dia 3 de outubro.
- ▶ Atualização de 2% dos valores dos escalões sobre os quais incide o IMT, bem como do valor máximo, de €330.539, para a isenção total de IMT aplicável a jovens até aos 35 anos na compra da primeira habitação.
- ▶ Nos impostos especiais de consumo, não há aumentos de taxas. Destaca-se o fim da isenção à produção de eletricidade e gás de cidade com determinados combustíveis fósseis. Perspetiva-se o fim do desconto do ISP para 2026, tendo o processo começado em dezembro de 2025.

- ▶ A eliminação do adicional de solidariedade sobre a banca, que já havia sido considerado inconstitucional, sendo que o Governo já anunciou que irá encontrar uma outra solução legislativa para substituir esta tributação adicional sobre o setor bancário.

Entre as medidas mais emblemáticas que foram sendo aprovadas (ou que estão em discussão) à margem da LOE 2026, no essencial, são de destacar:

- ▶ A redução da taxa nominal de IRC em 1 ponto percentual em cada ano de 2026 até 2028, ou seja, 19% em 2026, 18% em 2027 e 17% em 2028;
- ▶ A criação dos grupos de IVA, que consiste numa câmara de compensação de saldos, por forma a favorecer a tesouraria das empresas organizadas na forma de grupo societário;
- ▶ A Lei n.º 55-A/2025, de 22 de julho de 2025, que prevê a redução das taxas de IRS em 8 dos 9 escalões, mantendo-se o nono e último escalão em 48%;
- ▶ Por último, destaca-se a estratégia “Construir Portugal”, a qual visa incentivar um incremento da oferta de habitações, incluindo no mercado de arrendamento, como forma de combate à atual crise no acesso à habitação. Entre outras medidas, realça-se a redução da taxa de IVA para 6% em obras de construção ou reabilitação ou a redução da tributação sobre rendas em imóveis vendidos ou arrendados a valores moderados.



**2 SS**  
Segurança Social  
e Prestações Sociais

**3 IRC**  
Imposto Sobre  
o Rendimento das  
Pessoas Coletivas

**4 IVA**  
Imposto Sobre  
o Valor Acrescentado

**5 IEC**  
Impostos Especiais  
de Consumo

**6 TI**  
Tributação  
do Imobiliário

**7 IS**  
Imposto do Selo

**8 I&BF**  
Incentivos e  
Benefícios Fiscais

**9 C&T**  
Contribuições e Taxas

**10 CF**  
Contencioso Fiscal

**11 CP**  
Construir Portugal



# IRS

Imposto Sobre o Rendimento  
das Pessoas Singulares

1 IRS  
Imposto sobre  
o Rendimento das  
pessoas singulares

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# LOE 2026

## Delimitação negativa da incidência

Com a LOE 2026, mantém-se a regra de que não incide IRS sobre as compensações e subsídios pagos pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, municípios e comunidades intermunicipais, no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios florestais e do dispositivo conjunto de proteção e socorro na Serra da Estrela. No entanto, as compensações e subsídios pagos pelas associações humanitárias de bombeiros, referentes à atividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros, também ficam isentos de IRS, mas apenas até ao limite máximo anual, por bombeiro, de seis vezes o Indexante de Apoios Sociais (“IAS”).

2025	
Rendimento coletável	Taxa normal
Até €8.059	12,50%
De mais de €8.059 até €12.160	16,00%
De mais de €12.160 até €17.233	21,50%
De mais de €17.233 até €22.306	24,40%
De mais de € 22.306 até € 28.400	31,40%
De mais de €28.400 até €41.629	34,90%
De mais de €41.629 até €44.987	43,10%
De mais de €44.987 até €83.696	44,60%
Superior a €83.696	48,00%

## Alterações nos escalões e nas taxas gerais

As taxas previstas na LOE 2026 contemplam não só a atualização em 3,51% dos escalões de rendimento coletável introduzida pela Portaria n.º 322/2025/1, de 3 de outubro, como ainda a redução, já anteriormente determinada pela Lei n.º 55.º-A/2025, de 22 de julho, em 0,3 pontos percentuais das taxas normais do 2.º ao 5.º escalão - confrontar tabelas abaixo.

2026	
Rendimento coletável	Taxa normal
Até €8.342	12,50%
De mais de €8.342 até €12.587	15,70%
De mais de €12.587 até €17.838	21,20%
De mais de €17.838 até €23.089	24,10%
De mais de € 23.089 até € 29.397	31,10%
De mais de €29.397 até €43.090	34,90%
De mais de €43.090 até €46.566	43,10%
De mais de €46.566 até €86.634	44,60%
Superior a €86.634	48,00%

1 IRS  
Imposto sobre o Rendimento das pessoas singulares

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# Mínimo de existência

De acordo com a LOE 2026, o valor de referência do mínimo de existência passa a ser igual ao maior valor entre €12.880 e 1,5 x 14 x IAS (€11.279,73, em 2026). Esta alteração decorre da atualização do valor da retribuição mínima mensal que passou de €870 para €920.

# Profissões de desgaste rápido: Deduções

A LOE 2026 estipula que a dedução ao rendimento para profissões de desgaste rápido passe a ser extensível a seguros de doença, acidentes pessoais e de vida que garantam exclusivamente também os riscos de lesão desportiva.

# Dedução pela exigência de fatura

A LOE 2026 estabelece que a dedução pela exigência de fatura de 15%, com o limite global de €250 por agregado familiar, passe a abranger novos setores de atividade, conforme se segue:

- ▶ **Secção G, classe 47610** - Comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados;
- ▶ **Secção R, classe 90** - Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias;
- ▶ **Secção R, classe 9004** - Exploração de salas de espetáculos e atividades conexas;
- ▶ **Secção R, classe - 9101** - Atividades das bibliotecas e arquivos;
- ▶ **Secção R, classe - 9102** - Atividades dos museus;
- ▶ **Secção R, classe - 9103** - Atividades dos sítios e monumentos históricos.

# Isenção de IRS e de Segurança Social sobre prémios de produtividade, desempenho, participações nos lucros e gratificações de balanço

A LOE 2026 mantém a isenção de IRS e de Segurança Social aplicável a prémios de produtividade, desempenho, participações nos lucros e gratificações de balanço, com o limite de 6% da retribuição base anual do trabalhador, tendo por base os critérios de aplicação do incentivo fiscal à valorização salarial.

A LOE 2026, à semelhança da LOE 2025, estabelece que a retenção na fonte sobre as importâncias pagas a título de prémios de produtividade, desempenho, participações nos lucros e gratificações de balanço deverá ser efetuada mediante aplicação da taxa correspondente à remuneração mensal do trabalho dependente referente ao mês em que aquelas importâncias são pagas ou colocadas à disposição.

## Alterações fora da LOE 2026 com impacto orçamental

### Construir Portugal

No âmbito da Estratégia “Construir Portugal” foram propostas algumas medidas com impacto ao nível do IRS. Tais propostas encontram-se descritas no capítulo “Construir Portugal”.

1 IRS  
Imposto sobre o Rendimento das pessoas singulares

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# SS

Segurança Social e  
Prestações Sociais

1 IRS

2 SS  
Segurança Social  
e Prestações Sociais

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# LOE 2026

## Interconexão de dados

A LOE 2026 determina que a Segurança Social poderá obter eletronicamente de entidades como a Autoridade Tributária e Aduaneira, o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. e o Banco de Portugal, desde que com o intuito de administrar benefícios e prevenir fraudes, entre outra, a seguinte informação:

- ▶ Categorias de rendimentos;
- ▶ Valores declarados;
- ▶ Situação tributária;
- ▶ Composição do agregado familiar;
- ▶ Informação cadastral;
- ▶ Exercício das responsabilidades parentais;
- ▶ Identificação do cabeça de casal do beneficiário falecido;
- ▶ Existência de bens imóveis e móveis sujeitos a registo.

Ainda assim, a proteção de dados pessoais é obrigatória em todos os processos de troca de informações, que serão regidos por protocolos específicos e utilizados para aprimorar a gestão de riscos.

## Medidas de transparência contributiva

Com a LOE 2026 mantém-se a possibilidade de divulgação da lista de devedores à Segurança Social, nos mesmos termos já previstos para os contribuintes que têm dívidas tributárias, prevendo-se, para o efeito, que a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira troquem informações, nomeadamente, quanto aos valores das prestações sociais pagas (incluindo pensões, bolsas de estudo ou subsídios de renda), aos valores dos rendimentos apresentados nos anexos A, B, C, D, J e SS da Declaração de IRS ou, ainda, os valores dos rendimentos das vendas de mercadorias e produtos e das prestações de serviços relevantes para o apuramento da obrigação contributiva das entidades contratantes.

Por outro lado, reforça-se uma vez mais a necessidade de existirem posições concertadas, entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, quanto às dívidas de pessoas coletivas sujeitas a IRC que estejam em dificuldade económica.

## Suplemento extraordinário das pensões

Na LOE 2026, está prevista a intenção de, em 2026, o Governo proceder ao pagamento de um suplemento extraordinário das pensões, em função da evolução da execução orçamental e das respetivas tendências em termos de receita e de despesa.

## Complemento especial de pensão

Com a LOE 2026, o complemento especial de pensão para os beneficiários do regime de solidariedade do sistema de Segurança Social sobe para 10,5% ao valor da respetiva pensão por cada ano de prestação de serviço militar ou duodécimo daquele complemento por cada mês de serviço.

### Alterações fora da LOE 2026 com impacto orçamental

#### Complemento solidário para idosos

De acordo com a Portaria n.º 480-D/2025, de 30 de dezembro, o complemento solidário para idosos (“CSI”) sobe em €40, fixando-se em €670.

1 IRS

2 SS  
Segurança Social e Prestações Sociais

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# IRC

Imposto Sobre o Rendimento  
das Pessoas Coletivas

1 IRS

2 SS

3 IRC  
Imposto Sobre  
o Rendimento das  
Pessoas Coletivas

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



Tributação Autónoma

A LOE 2026 adapta as normas de tributação autónoma de viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in às novas regras europeias, passando a prever a tributação às taxas reduzidas de 2,5%, 7,5% e 15% para viaturas homologadas de acordo com norma “Euro 6e-bis” e com emissões até 80 gCO (índice 2)/km, consoante o valor de aquisição seja, respetivamente, inferior a €37.500, igual ou superior a €37.500 e inferior a €45.000 e igual ou superior a €45.000.

Adicionalmente, a LOE 2026 mantém o não agravamento das taxas de tributação autónoma em dez pontos percentuais no período de tributação de 2026 quando:

- ▶ O sujeito passivo tenha obtido lucro tributável em um dos três períodos de tributação anteriores e a obrigações declarativas relativas à entrega das declarações Modelo 22 e IES, relativas aos dois períodos de tributação anteriores, tenham sido cumpridas nos termos previstos na lei;
- ▶ Este corresponda ao período de tributação de início de atividade ou a um dos dois períodos seguintes.

Realizações de utilidade social

A LOE 2026 estabelece que as compensações devidas ao trabalhador pelas despesas adicionais com a prestação de trabalho em regime de teletrabalho, nos termos do artigo 168.º do Código do Trabalho, são consideradas gastos do período de tributação até ao limite de 15% das despesas com o pessoal contabilizadas a título de remunerações, ordenados ou salários respeitantes ao período de tributação.

É ainda estabelecida uma majoração de 10% dos gastos suportados com compensações devidas ao trabalhador pelas despesas adicionais com a prestação de trabalho em regime de teletrabalho, para efeitos da determinação do lucro tributável.

Regime extraordinário de apoio a encargos suportados na produção agrícola

É prorrogado até 31 de dezembro de 2026 o regime extraordinário de apoio a encargos suportados na produção agrícola, que prevê a majoração em 40% dos gastos e perdas incorridos ou suportados com a aquisição dos seguintes bens, quando utilizados no âmbito das atividades de produção agrícola:

- ▶ Adubos, fertilizantes e corretivos orgânicos e minerais;

- ▶ Farinhas, cereais e sementes, incluindo misturas, resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, e quais quer outros produtos próprios para alimentação de gado, aves e outros animais, referenciados no Codex alimentarius, independentemente da raça e funcionalidade em vida, destinados à alimentação humana;
- ▶ Água para rega;
- ▶ Garrafas de vidro.

Obrigações acessórias

A LOE 2026 adia novamente a entrega do ficheiro SAFT (PT) relativo à contabilidade para os períodos de 2027 e seguintes, a entregar em 2028 e em períodos seguintes.

Quanto à obrigação de valorização dos inventários, ficam dispensados da sua apresentação todos os sujeitos passivos relativamente ao período de tributação com início em ou após 1 de janeiro de 2025 e, relativamente ao período de tributação com início em ou após 1 de janeiro de 2026, apenas os sujeitos passivos que não estejam obrigados a inventário permanente.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



**Alterações fora da LOE 2026  
com impacto orçamental**  
**A taxa nominal de IRC é  
reduzida progressivamente  
para 17% até 2028**

A Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, introduziu uma redução progressiva da taxa de IRC, fixando-a em 17% a partir de 2028.

De acordo com o regime transitório previsto na Lei em causa, a taxa geral de IRC será reduzida para 19% em 2026, descendo para 18% em 2027 e atingindo finalmente os 17% em 2028. Esta alteração aplica-se tanto aos sujeitos passivos que exerçam, como aos que não exerçam, direta e principalmente, uma atividade económica de natureza agrícola, comercial ou industrial.

No caso de sujeitos passivos que exerçam, diretamente e, a título principal, uma atividade económica de natureza agrícola, comercial ou industrial, que sejam qualificados como pequena ou média empresa ou empresa de pequena-média capitalização (Small Mid Cap), nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, a taxa de IRC aplicável aos primeiros €50.000 de matéria coletável será de 15% (atualmente 16%) já a partir de 2026, aplicando-se a taxa geral de IRC ao excedente.

**Construir Portugal**

No âmbito da Estratégia “Construir Portugal” foram propostas algumas medidas com impacto ao nível do IRC. Tais propostas encontram-se descritas no capítulo “Construir Portugal”.

- 1 IRS
- 2 SS
- 3 IRC  
Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- 4 IVA
- 5 IEC
- 6 TI
- 7 IS
- 8 I&BF
- 9 C&T
- 10 CF
- 11 CP



# IVA

Imposto Sobre  
o Valor Acrescentado

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA  
Imposto Sobre  
o Valor Acrescentado

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# LOE 2026

## Aplicação da taxa reduzida de IVA às operações de transformação de azeitona em azeite

A LOE 2026 implementa o alargamento do âmbito da verba 4.2 da lista I anexa ao Código do IVA, com vista a que as operações de transformação de azeitona em azeite passem a ser tributadas à taxa reduzida de IVA.

Deste modo, a aludida verba 4.2. referente a prestações de serviços que contribuem para a produção agrícola e aquícola passará a abranger, na sua alínea j), “As operações de transformação de azeitona em azeite”.

## Aditamento de venda de espécies cinegéticas de caça maior e menor à Lista I anexa ao Código do IVA

Também no que respeita à taxa reduzida de IVA, a LOE 2026 procede ao aditamento da verba 1.2.7. à Lista I anexa ao Código do IVA, passando a constar da listagem de produtos sujeitos à taxa reduzida de IVA “A venda de espécies cinegéticas de caça maior e menor”.

## Manutenção por mais um ano da equiparação de faturas em ficheiro PDF a faturas eletrónicas

A LOE 2026 consagra a prorrogação, até 31 de dezembro de 2026, da equiparação das faturas em ficheiro PDF a faturas eletrónicas, para todos os efeitos previstos na legislação fiscal.

## Extensão da isenção de IVA aplicável à venda de adubos, fertilizantes e corretivos de solos e de produtos que integram o conceito de alimento para animais destinados à alimentação humana

A LOE 2026 estabelece a prorrogação, até 31 de dezembro de 2026, da isenção de IVA aplicável à venda de:

- ▶ Adubos, fertilizantes e corretivos de solos;
- ▶ Produtos que integram o conceito de alimento para animais, independentemente da sua raça e funcionalidade em vida, desde que destinados à alimentação humana.

## Alterações fora da LOE 2026 com impacto orçamental

### Criação de um regime de grupos de IVA

A Lei n.º 62/2025, de 27 de outubro, introduz o regime de grupos de IVA, assente na consolidação dos saldos de IVA por parte dos membros de um grupo societário, promovendo a convergência do tratamento fiscal dos grupos empresariais com os modelos já implementados em diversos Estados-Membros da União Europeia.

Pretende-se com a medida gerar ganhos de eficiência na gestão da liquidez e permitindo uma afetação mais eficiente dos recursos financeiros ao desenvolvimento estratégico das operações do grupo, produzindo efeitos relativamente aos períodos de imposto que se iniciem a partir de 1 de julho de 2026.

## Construir Portugal

No âmbito da Estratégia “Construir Portugal” foram propostas algumas medidas com impacto ao nível do IVA. Tais propostas encontram-se descritas no capítulo “Construir Portugal”.

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA  
Imposto Sobre o Valor Acrescentado

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# IEC

Impostos Especiais  
de Consumo

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC  
Impostos Especiais  
de Consumo

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



## A LOE 2026 não prevê qualquer aumento das taxas em sede dos dos Impostos Especiais de Consumo (“IEC”).

### Imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes (“IABA”)

A LOE 2026 prevê a prorrogação, até 31 de dezembro de 2026, da manutenção em 25% da taxa normal aplicável às bebidas espirituosas, relativamente aos licores e os «crème de», bem como às aguardentes destiladas e aguardente de frutos, nos termos e com as características do Regulamento (CE) n.º 110/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2008, desde que fabricados exclusivamente a partir de frutos do medronheiro (*Arbutus unedo*), produzidos e destilados nos concelhos de Albufeira (freguesia de Paderne), Alcoutim, Alijó, Aljezur, Almodôvar, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barrancos, Castanheira de Pera, Castelo Branco, Castro Marim, Covilhã, Faro (freguesias de Santa Bárbara de Nexe e União das Freguesias de Conceição e Estoi), Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Fundão, Góis, Lagos (freguesias de Odiáxere e União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João), Loulé (freguesias de Alte, Ameixial, Boliqueime, Salir, São Clemente e São Sebastião e União das Freguesias de Querença, Tôr e Benafim), Lousã, Mação, Mértola, Miranda do Corvo, Monchique, Moura, Odemira, Oleiros, Ourique, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penamacor, Penela, Portalegre, Portel, Portimão (freguesias de Mexilhoeira Grande e Portimão), Proença-a-Nova, São Brás de Alportel, Sardoal, Seia, Sertão, Silves, Tavira (freguesias de Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo, União das Freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) e União das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira), Vila de Rei, Vila do Bispo e Vila Velha de Ródão.

### Imposto sobre o Tabaco (“IST”)

A LOE 2026 prevê o alargamento da incidência objetiva do IST, o qual passa a abranger as bolsas de nicotina, que corresponderão ao produto, contendo nicotina natural, acondicionado individualmente em saquetas ou outros dispositivos unitários, que contenham até 12 mg de nicotina e não contenham qualquer forma de tabaco, destinado a ser colocado na cavidade oral, libertando nicotina que é absorvida pelas mucosas.

Neste contexto, a LOE 2026 estabelece que o IST incidente sobre as bolsas de nicotina reveste a forma específica, tendo por unidade tributável o grama, com a taxa de IST correspondente a €0,065/g. Em particular, estabelece regras ao nível dos arredondamentos do peso das embalagens individuais, expresso em gramas que constitua um número decimal, no sentido em que esse peso é arredondado:

- ▶ Por excesso, para o número inteiro imediatamente superior, quando o algarismo da primeira casa decimal for igual ou superior a cinco;
- ▶ Por defeito, para o número inteiro imediatamente inferior, nos restantes;
- ▶ Em consonância com este alargamento da base tributável, ao nível das regras especiais de introdução no consumo, as regras de condicionamento previstas para diversos produtos sujeitos ao Código dos IECs não abrangem as bolsas de nicotina.

Em consonância com este alargamento da base tributável, ao nível das regras especiais de introdução no consumo, as regras de condicionamento previstas para diversos produtos sujeitos ao Código dos IECs não abrangem as bolsas de nicotina.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC  
Impostos Especiais  
de Consumo

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



Igualmente, a LOE 2026 prevê estender às bolsas de nicotina as atuais regras de comunicação e dizeres de embalagens aplicáveis aos outros produtos sujeitos a IST, bem como, as regras de circulação aplicáveis às folhas de tabaco destinadas a venda ao público, ao rapé, ao tabaco de mascar, ao tabaco aquecido e ao líquido para cigarros eletrónicos.

Não obstante, a LOE 2026 prevê a inclusão das bolsas de nicotina (até 20 g) na isenção, já aplicável aos produtos contidos na bagagem pessoal dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros, em recipientes utilizados para carga e recarga de cigarros eletrónicos (como o rapé, o tabaco de mascar, o tabaco aquecido e os líquidos para cigarros eletrónicos).

A LOE 2026 prevê a consignação de IST, até ao limite de 5% da totalidade da receita obtida, no montante a definir por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, à execução de políticas ativas para a prevenção e controlo do tabagismo, centralizada na ACSS, I. P., e aos serviços regionais de saúde das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, conforme a circunscrição onde sejam introduzidas no consumo.

# Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (“ISPE”)

A LOE 2026 mantém a norma de eliminação gradual das isenções prejudiciais relativamente aos produtos petrolíferos e energéticos classificados e abrangidos pelos códigos NC 2710, 19 62 a 2710 19 67 e NC 2710 20 32 e NC 2710 20 38, que sejam utilizados na produção de eletricidade, de eletricidade e calor (cogeração), ou de gás de cidade no continente, sendo tributados com uma taxa correspondente a 100% da taxa de ISPE e com uma taxa correspondente a 100% da taxa de adicionamento sobre as emissões de CO2.

Prevê-se que, durante o ano de 2026, os produtos classificados e abrangidos pelos códigos NC 2707 99 99, NC 2710 19 43 a 2710 19 48, NC 2710 20 11 a 2710 20 19, NC 2710 19 62 a 2710 19 67, NC 2710 20 32 e 2710 20 38, consumidos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, utilizados na produção de eletricidade, de eletricidade e calor (cogeração) ou de gás de cidade, por entidades que desenvolvam essas atividades como sua atividade principal, sejam tributados com uma taxa correspondente a 100% da taxa de ISPE e com uma taxa correspondente a 100% da taxa de adicionamento sobre as emissões de CO2, quando utilizados e consumidos no continente.

Relativamente aos produtos classificados pelo código NC 2711, utilizados na produção de eletricidade, de eletricidade e calor (cogeração) ou de gás de cidade, por entidades que desenvolvam essas atividades como sua atividade principal, com exceção dos usados nas regiões autónomas, devem continuar a ser tributados com uma taxa correspondente a 50% da taxa de ISPE e com uma taxa correspondente a 50% da taxa

de adicionamento sobre as emissões de CO2.

A LOE 2026 vem estabelecer ainda que, durante o ano de 2026, os produtos energéticos classificados pelos códigos NC 2701, 2702, 2704, 2713 e 2711 12 11, e o fuelóleo com teor de enxofre igual ou inferior a 0,5%, classificado pelos códigos NC 2710 19 62 e NC 2710 19 66, utilizados em instalações sujeitas a um acordo de racionalização dos consumos de energia (ARCE), serão tributados com uma taxa correspondente a 100% da taxa de adicionamento sobre as emissões de CO2.

A LOE 2026 vem determinar que todos os produtos energéticos abrangidos pela norma de eliminação utilizados em instalações abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (“CELE”), incluindo as abrangidas pela Exclusão Opcional prevista no CELE, não estão sujeitos à taxa de adicionamento sobre as emissões de CO2.

Ainda relativamente ao mesmo conjunto de produtos energéticos abrangidos pela norma transitória, a LOE 2026 estabelece que as percentagens das taxas de tributação que se encontram previstas não se aplicam aos biocombustíveis, biometano, hidrogénio verde e outros gases renováveis que beneficiem da isenção do imposto.

A receita obtida em sede de ISPE relativa a introduções no consumo ocorridas em território continental será consignada em 50% ao Sistema Elétrico Nacional (“SEN”) ou para a redução do défice tarifário do setor elétrico, no mesmo exercício da sua cobrança, e 50% para as restantes finalidades e objetivos do Fundo Ambiental.

As receitas acima identificadas deverão ser consignadas ao Fundo Ambiental e/ou medidas de apoio à ação climática.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC  
Impostos Especiais  
de Consumo

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



A LOE 2026 prevê que a receita obtida com o ISPE cobrado sobre gasóleo colorido e marcado seja consignada, até ao montante de €10.000.000 ao financiamento da contrapartida nacional dos programas PDR 2020, PEPAC 23.27, MAR 2020 e MAR 2030, preferencialmente em projetos dirigidos ao apoio à agricultura familiar e à pesca tradicional e costeira, na proporção dos montantes dos fundos europeus envolvidos.

Por outro lado, a receita parcial do ISPE cobrado sobre a gasolina, o gasóleo rodoviário e o gasóleo colorido e marcado é consignada, no montante de €30.000.000 anuais, ao Fundo Ambiental e respetivas áreas de atuação previstas na lei.

A LOE 2026 vem estabelecer a atualização dos intervalos mínimo e máximo das taxas unitárias do ISPE aplicáveis na ilha de São Miguel, aos seguintes produtos e respetivos códigos de nomenclatura pautal:

- ▶ Gasolina com chumbo (2710 12 51 a 2710 12 59), entre €747,50 e €747,50;
- ▶ Gasolina sem chumbo (2710 12 41 a 2710 12 49), entre €359,00 e €747,50;
- ▶ Petróleo (2710 19 21 a 2710 19 25), entre €302,00 e €460,00;
- ▶ Gasóleo (2710 19 43 a 2710 19 48, 2710 20 11 a 2710 20 19), entre €278,00 e €460,00;
- ▶ Gasóleo colorido e marcado e colorido (2710 19 43 a 2710 19 48 e 2710 20 11 a 2710 20 19), entre €1,00 e €229,08;
- ▶ Fuelóleo com teor de enxofre superior a 1% (2710 19 68 e 2710 20 39), entre €15,00 e €44,92;

- ▶ Fuelóleo com teor de enxofre igual ou inferior a 1% (2710 19 62 a 2710 19 64, 2710 20 31 a 2710 20 35), entre €15,00 e €39,93;
- ▶ Eletricidade (2716), entre €1,00 e €1,10.

Por último e a título transitório, a LOE 2026 prevê, durante o ano de 2026, que o gasóleo colorido e marcado pode ainda ser consumido por veículos utilizados pelas equipas de sapadores florestais integradas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, de acordo com as formalidades e os procedimentos aplicáveis ao reconhecimento e controlo do benefício tal como definidos por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas finanças, administração interna, florestas e energia.

## Imposto sobre Veículos (“ISV”)

A LOE 2026 vem estender a aplicação de uma taxa intermédia de 25% (já aplicável aos automóveis ligeiros de passageiros matriculados noutro Estado-Membro da União Europeia entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2020, equipados com motores híbridos plug-in, cuja bateria possa ser carregada através de ligação à rede elétrica e que tenham uma autonomia mínima, no modo elétrico, de 50 km e emissões oficiais inferiores a 50 gCO (índice 2)/km), a todos aqueles homologados de acordo com a norma de emissões “Euro 6e-bis”, nos termos do Regulamento (UE) 2023/443 da Comissão de 8 de fevereiro de 2023, que altera o Regulamento (UE) 2017/1151 no que diz respeito aos procedimentos de homologação das emissões dos veículos ligeiros de passageiros e comerciais, a 80 gCO (índice 2)/km.

## Imposto único de Circulação (“IUC”)

A LOE 2026 não prevê qualquer aumento generalizado das taxas em sede de IUC, prevendo, contudo, a manutenção do adicional de IUC para os veículos a gasóleo enquadráveis nas categorias A e B, durante o ano de 2026.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC  
Impostos Especiais  
de Consumo

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# Apoio a agricultores, aquicultores e pescadores

Mantém-se em vigor, durante o ano de 2026, a majoração aplicável aos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado pelos pequenos agricultores, detentores do estatuto de agricultura familiar, pequenos aquicultores e para a pequena pesca artesanal e costeira, com um consumo anual até 2.000 litros, de €0,062 por litro, daquele combustível utilizado na respetiva atividade, a conceder pela área governativa da agricultura e da alimentação.

Com a LOE 2026, o subsídio referido no número anterior mantém-se como acrescido de €0,042 por litro, para os pequenos agricultores detentores de estatuto de agricultura familiar.

Ainda neste âmbito, continua a ser concedido, em 2026, um subsídio aos pequenos pescadores artesanais e costeiros, os pequenos aquicultores e às empresas de extração de sal marinho, os quais, têm assim direito aos seguintes subsídios:

- ▶ Subsídio sobre o número de litros de gasolina, consumida na respetiva atividade, equivalente ao que resulta da redução de taxa aplicável ao gasóleo consumido na pesca;
- ▶ Subsídio sobre o gás de petróleo liquefeito (GPL), consumido na respetiva atividade, equivalente ao que resulta da redução da taxa aplicável ao gasóleo consumido na pesca.

Os critérios para identificação dos beneficiários, determinação do montante em função do número de marés e do consumo de combustível e os procedimentos para a concessão dos subsídios, são definidos por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da agricultura e da alimentação.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC  
Impostos Especiais  
de Consumo

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# TI

## Tributação do Imobiliário

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

Tributação  
do Imobiliário

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# LOE 2026

## Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis ("IMT")

### Atualização dos escalões de IMT

A LOE 2026 revê os escalões sobre os quais incide o IMT no âmbito da aquisição de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, correspondendo a uma atualização de 2%, para os seguintes montantes:

Valor sobre que incide o IMT	Taxas percentuais	
	Marginal	Média*
Até €106.346	0	0
De mais de €106.346 até €145.470	2	0,5379
De mais de €145.470 e até €198.347	5	1,7274
De mais de €198.347 e até €330.539	7	3,8361
De mais de €330.539 e até €660.982	8	-
De mais de €660.982 e até €1.150.853	6 (taxa única)	
Superior a €1.150.853	7,5 (taxa única)	

\*No limite superior do escalão

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI  
Tributação do Imobiliário

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



A LOE 2026 revê igualmente e na mesma medida (i.e., em 2%) os escalões sobre os quais incide o IMT aplicáveis na aquisição de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, quando adquiridos por sujeitos passivos com idade igual ou inferior a 35 anos e que preencham as demais condições necessárias à isenção aplicável à aquisição de imóveis por jovens, para os seguintes montantes:

Por fim, a LOE 2026 revê em 2% os escalões sobre os quais incide o IMT, no âmbito da aquisição de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação, não abrangidas pelos casos acima mencionados (i.e., para outros fins que não a habitação própria e permanente), para os seguintes montantes:

Valor sobre que incide o IMT (em euros)	Taxas percentuais	
	Marginal	Média*
Até €330.539	0	0
De mais de €330.539 e até €660.982	8	-
De mais de €660.982 e até €1.150.853	6 (taxa única)	
Superior a €1.150.853	7,5 (taxa única)	

\*No limite superior do escalão

Valor sobre que incide o IMT	Taxas percentuais	
	Marginal	Média*
Até €106.346	0	0
De mais de €106.346 até €145.470	2	1,2689
De mais de €145.470 e até €198.347	5	2,2636
De mais de €198.347 e até €330.539	7	4,1578
De mais de €330.539 e até €633.931	8	-
De mais de €633.931 e até €1.150.853	6 (taxa única)	
Superior a €1.150.853	7,5 (taxa única)	

\*No limite superior do escalão

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI  
Tributação do Imobiliário

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# Incentivo ao emparcelamento de prédios rústicos

A LOE 2026 vem manter, para o ano de 2026, o âmbito de aplicação das isenções de IMT, de Imposto do Selo e emolumentos nas transferências de imóveis necessárias ao emparcelamento de prédios rústicos contíguos ou confinantes, de um mesmo proprietário, ao permitir que as mesmas se apliquem qualquer que seja a afetação económica dos prédios rústicos.

Para beneficiar das isenções acima, o processo deve ser acompanhado dos documentos que comprovem que: (i) o requerente é titular do direito de propriedade dos prédios rústicos a emparcelar e (ii) os prédios rústicos a emparcelar são contíguos ou confinantes.

## Alterações fora da LOE 2026 com impacto orçamental

### Construir Portugal

No âmbito da Estratégia “Construir Portugal” foram propostas algumas medidas com impacto ao nível da tributação do imobiliário. Tais propostas encontram-se descritas no capítulo “Construir Portugal”.

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI  
Tributação do Imobiliário

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# IS

## Imposto do Selo

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS  
Imposto do Selo

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# Não prorrogação da isenção de Imposto do Selo na renegociação de crédito à habitação

A isenção de Imposto do Selo aplicável a operações de renegociação de contratos de crédito à habitação, introduzida em 2023 e prorrogada nos anos de 2024 e 2025, cessará a sua vigência em 2026, uma vez que a LOE 2026 não contempla a sua prorrogação.

Consequentemente, as operações de reestruturação de créditos à habitação que envolvam, designadamente, o alargamento do prazo contratual ou o refinanciamento da dívida deixarão de beneficiar da referida isenção, passando a estar sujeitas a Imposto do Selo nos termos gerais.

# Garantias a favor do Estado

A LOE 2026 estabelece uma isenção de Imposto do Selo para a constituição de garantias a favor do Estado quando realizadas no âmbito da recuperação de créditos e outros ativos financeiros do Estado.

## Alterações fora da LOE 2026 com impacto orçamental

### Construir Portugal

No âmbito da Estratégia “Construir Portugal” foram propostas algumas medidas com impacto ao nível do Imposto do Selo. Tais propostas encontram-se descritas no capítulo “Construir Portugal”.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS  
Imposto do Selo

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP



# I&BF

Incentivos e Benefícios Fiscais

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

Incentivos e  
Benefícios Fiscais

9 C&T

10 CF

11 CP



# LOE 2026

## Incentivo fiscal à valorização salarial

A LOE 2026 altera o artigo 19.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais (“EBF”) que estabelece o incentivo fiscal à valorização salarial, passando a prever que os encargos correspondentes ao aumento salarial relativo a trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado, sejam considerados em 200% do respetivo montante, contabilizado como custo do exercício, desde que:

- ▶ O aumento da retribuição base anual média na empresa, por referência ao final do ano anterior, seja, no mínimo, 4,6% (em 2025, 4,7%); e
- ▶ O aumento da retribuição base anual dos trabalhadores que auferiram um valor inferior ou igual à retribuição base média anual da empresa no final do ano anterior, seja, no mínimo, 4,6% (em 2025, 4,7%).

As restantes condições mantêm-se inalteradas.

## Zona Franca da Madeira

A LOE 2026 prorroga, até 31 de dezembro de 2033, o atual regime da Zona Franca da Madeira, para entidades licenciadas até 31 de dezembro de 2026.

## Prorrogação de benefícios fiscais

A LOE 2026 prorroga, até 31 de dezembro de 2026, os benefícios fiscais relativos a:

- ▶ Deduções no âmbito de parcerias de títulos de impacto social;
- ▶ Empréstimos externos e rendas de locação de equipamentos importados;
- ▶ Serviços financeiros de entidades públicas;
- ▶ Swaps e empréstimos de instituições financeiras não residentes;
- ▶ Depósitos de instituições de crédito não residentes;
- ▶ Operações de reporte com instituições financeiras não residentes;
- ▶ Entidades gestoras de denominações de origem e indicações geográficas;

- ▶ Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos;
- ▶ Coletividades desportivas, de cultura e recreio;
- ▶ Associações e confederações;
- ▶ Baldios;
- ▶ Incentivos fiscais à atividade silvícola;
- ▶ Entidades de gestão florestal e unidades de gestão florestal;
- ▶ Dedução de donativos para efeitos da determinação do lucro tributável das empresas;
- ▶ Deduções de donativos à coleta do IRS, e;
- ▶ IVA - Transmissões de bens e prestações de serviços a título gratuito.

A prorrogação em apreço visa a revisão dos benefícios fiscais em causa no quadro de avaliação destes mesmos benefícios fiscais a realizar no ano de 2026.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF  
Incentivos e Benefícios Fiscais

9 C&T

10 CF

11 CP



# Não prorrogação de benefícios fiscais

A LOE 2026 não prevê a prorrogação dos seguintes benefícios fiscais:

- ▶ Regime fiscal dos empréstimos externos representativos de contratos de empréstimo Schuldscheindarlehen;
- ▶ Regime especial em IRC e IRS relativo às embarcações eletrossolares ou exclusivamente elétricas.

## Alterações fora da LOE 2026 com impacto orçamental

### Incentivo Fiscal à Valorização Salarial

A Lei n.º 65/2025, de 7 de novembro, revoga o n.º 2 do artigo 19.º-B do EBF, que estabelece o incentivo fiscal à valorização salarial.

Neste contexto, o não aumento do leque salarial, deixa de ser condição necessária à aplicação do incentivo em apreço.

### Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial II

A Proposta de Lei n.º 44/XVII/1.ª, de 13 de novembro de 2025, autoriza o Governo a proceder a alterações ao Código Fiscal ao Investimento (“CFI”), com vista à prorrogação do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial II (“SIFIDE II”) até 2026, mas com novas regras.

Entre as principais alterações, destacam-se a revogação de aplicação indireta do SIFIDE II através do investimento em fundos de investimento e a impossibilidade de as empresas beneficiarem de

SIFIDE II sobre as despesas financiadas por fundos SIFIDE e outros apoios públicos, tais como subsídios. Assim, a Proposta de Lei acima referida visa autorizar o Governo a proceder a alterações ao CFI, nomeadamente os artigos 35.º, 37.º, 37.º-A, 38.º e 40.º, contemplando as seguintes alterações:

- ▶ **“SIFIDE Indireto”**: Revogação da possibilidade de obter uma dedução fiscal através de contribuições realizadas para fundos (“fundos SIFIDE”);
- ▶ **Reconhecimento de Idoneidade de I&D**: Simplificação do processo de investimento dos fundos SIFIDE, pela eliminação da exigência de reconhecimento prévio de idoneidade em matéria de I&D pela ANI das empresas investidas pelos fundos SIFIDE;
- ▶ **I&D realizado por grupos empresariais**: Para empresas integradas no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”), a taxa incremental de 50% aplica-se ao acréscimo da soma das despesas realizadas por todas as sociedades do grupo e a componente de incentivo resultante desta majoração passa a estar limitada a €1.500.000 para o grupo;
- ▶ **Cumulação com incentivos financeiros**: Fica vedado o acesso a este benefício quando existam aplicações relevantes em atividades de I&D financiadas, direta ou indiretamente, por fundos SIFIDE ou por outros apoios públicos nacionais ou internacionais, tais como o Portugal 2030 e o Horizonte Europa, entre outros;

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF  
Incentivos e Benefícios Fiscais

9 C&T

10 CF

11 CP



- **Prazos de investimento dos fundos SIFIDE:**  
Alargamento de 3 para 5 anos do prazo para os fundos SIFIDE efetuarem investimentos em empresas que realizem I&D, bem como do prazo para estas concretizarem os respetivos investimentos;
- **Investimentos em inovação produtiva:** Passa a ser permitido que as contribuições para os fundos SIFIDE sejam aplicadas pelas empresas investidas em inovação produtiva, decorrente e complementar às atividades de I&D previamente realizadas, com um limite de 20% do valor total do fundo e um máximo absoluto de €20 milhões por empresa investida.

## Construir Portugal

No âmbito da Estratégia “Construir Portugal” foram propostas algumas medidas com impacto ao nível dos incentivos e benefícios fiscais. Tais propostas

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF  
Incentivos e  
Benefícios Fiscais

9 C&T

10 CF

11 CP



# C&T

Contribuições e Taxas

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T  
Contribuições e Taxas

10 CF

11 CP



A LOE 2026 estabelece a manutenção da vigência em 2026 das contribuições extraordinárias (i) sobre o setor bancário, (ii) sobre a indústria farmacêutica, (iii) sobre os fornecedores da indústria de dispositivos médicos do Serviço Nacional de Saúde e (iv) sobre o setor energético (“CESE”).

**No entanto, a LOE 2026 revoga o adicional de solidariedade sobre o setor bancário.**

Relativamente à CESE, a LOE 2026 introduz alterações ao seu regime, destacando-se:

- ▶ A revogação do artigo 2.º, alínea d), deixando esta contribuição de se aplicar às entidades concessionárias das atividades de transporte, de distribuição ou de armazenamento subterrâneo de gás natural;
- ▶ A delimitação dos períodos de tributação respeitantes às despesas de investimento relativas aos elementos do ativo fixo tangível afetos à exploração ao abrigo do regime europeu para a promoção do investimento sustentável, nos termos legalmente previstos, considerando-se os que se iniciem em 2024 e em 2025;

- ▶ A não consideração dos elementos do ativo afetos à exploração de rede de transporte e distribuição da energia elétrica, e, para este efeito, apenas serão consideradas as despesas de investimento relativas a ativos fixos tangíveis adquiridos em estado de novo, construídos ou na parte em que sejam ampliados, nos períodos de tributação que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2026.

À semelhança do ano anterior, a LOE 2026 opta igualmente por não atualizar os valores mensais da contribuição sobre o audiovisual.

A LOE 2026 estabelece que a taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação do subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores.

Finalmente, a LOE 2026 atualiza em 4% um conjunto de taxas ambientais, identificadas na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, na sua redação atual (artigo 319.º).

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T  
Contribuições e Taxas

10 CF

11 CP



# CF

## Contencioso Fiscal

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

Contencioso Fiscal

11 CP



# LOE 2026

## Ativos e créditos da segurança social

A LOE 2026 mantém a possibilidade de serem anulados créditos e débitos da Segurança Social para os quais já não exista justificação, bem como, aqueles que estejam insuficientemente documentados ou que, em face da inexistência de bens penhoráveis do devedor, sejam considerados como irrecuperáveis. A mesma situação poder-se-á verificar quanto a dívidas de contribuições, prestações ou rendas com vinte ou mais anos ou com dez ou mais anos e que tenham um valor pouco expressivo (inferior a €50).

## Preferência dos municípios na venda de imóveis penhorados em processo de execução fiscal

A LOE 2026 mantém o direito de preferência dos municípios na compra e venda ou dação em cumprimento de imóveis penhorados em processo de execução fiscal, situados na área do respetivo município, o qual será graduado logo depois do direito de preferência do proprietário do solo.

# Medidas relevantes não constantes da LOE 2026

**É importante sublinhar que a LOE 2026 não contém, nem promove, ao contrário do que sucedeu em anos anteriores, alterações ao regime do Procedimento e do Processo Tributário.**

Isto deve-se, sobretudo, ao facto de ter sido constituída uma Comissão para a Revisão do Processo e Procedimento Tributário e das Garantias dos Contribuintes, que apresentou ao Governo um conjunto de propostas legislativas nessa área (mais precisamente uma proposta com 90 medidas),

cujos objetivos principais foram o reforço das garantias dos contribuintes e a maior celeridade e eficácia do procedimento e do processo tributário.

São assim esperadas alterações legislativas nestas matérias, tendo a própria Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais já anunciado a intenção de, por exemplo, serem implementadas medidas de redução da litigância fiscal. Para além disso, já foi também anunciado que o Governo está a estudar a criação de uma forma alternativa de resolução de litígios fiscais com as empresas, por forma a incentivar consensos e acordos extrajudiciais.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

Contencioso Fiscal

11 CP



Em concreto, as medidas mais relevantes, proposta pela referida Comissão, foram as seguintes:

- ▶ **Diminuição da litigância:** Prevê-se que, tanto os contribuintes, como a Autoridade Tributária e Aduaneira, possam ser sancionados com o pagamento de multas, em situações de litigância de má-fé ou em que adotem um comportamento abusivo, nomeadamente, quanto atuem contra informações vinculativas previamente emitidas ou contra orientações genéricas da própria Autoridade Tributária e Aduaneira;
- ▶ **Revisão Oficiosa:** Prevê-se que os contribuintes possam requerer a revisão oficiosa de atos tributários, no prazo de 4 anos, sem ser necessário demonstrar a existência de erro imputável à Autoridade Tributária e Aduaneira;
- ▶ **Prazos:** i) Uniformização do prazo de impugnação judicial e do prazo para apresentação de pedido arbitral para o CAAD, passando a ser de 4 meses em ambos os casos; ii) A Autoridade Tributária e Aduaneira passa a ter, unicamente, um prazo de 90 dias para executar as decisões judiciais/ arbitrais; iii) Harmonização do prazo de reclamação graciosa, no caso de retenção na fonte ou dispensa total ou parcial de retenção na fonte sobre rendimentos auferidos por entidades não residentes, passando os 2 anos a ser contados do dia 20 de janeiro do ano seguinte; iii) Possibilidade de interposição de impugnação judicial, em caso de presunção de indeferimento tácito, até que o contribuinte seja notificado da decisão final do procedimento;
- ▶ **Prescrição:** Fixação de um prazo máximo de 20 anos, para a prescrição de dívidas fiscais, eliminando assim o efeito das interrupções, que impediam, em muitos casos, a efetiva prescrição no prazo legal;

- ▶ **Juros:** i) Prevê-se um prazo máximo de contagem de juros de mora de 3 anos, salvo nos casos de pagamento da dívida é feito em prestações, em que o prazo máximo de contagem passa para 5 anos; ii) Clarifica-se que a contagem de juros indemnizatórios cessa apenas com o pagamento do imposto e estabelece-se que haverá direito ao pagamento destes juros sempre que se determine que o erro não é imputável ao sujeito passivo (e não apenas quando é imputável aos serviços);
- ▶ **Arbitragem Tributária:** i) Equiparação das competências dos tribunais arbitrais às dos tribunais tributários no processo de impugnação judicial; ii) Transformação do atual recurso para uniformização de jurisprudência em recurso excecional de revista com fundamento em oposição de julgados (introduzindo um pressuposto adicional para a interposição deste recurso);
- ▶ **Resolução de Litígios Internacionais:** Sugere-se a inclusão de um novo procedimento para a resolução de litígios internacionais resultantes da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar dupla tributação. Prevê-se a possibilidade de o contribuinte solicitar à Autoridade Tributária e Aduaneira a instauração do procedimento, sem preclusão dos demais procedimentais a processuais legalmente previstos.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

Contencioso Fiscal

11 CP



# CP

Construir Portugal

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CEF  
Contencioso Fiscal

11 CP  
Construir Portugal



No âmbito da Estratégia “Construir Portugal”, o Governo apresentou à Assembleia da República, no dia 2 de dezembro, uma proposta de lei de autorização legislativa, no sentido aprovar um conjunto de incentivos fiscais à construção, reabilitação, venda e arrendamento habitacional.

A autorização legislativa solicitada pelo Governo tem como principal sentido e extensão:

- ▶ A aprovação de incentivos fiscais à construção, reabilitação, venda e arrendamento de imóveis habitacionais cujo valor de aquisição para habitação ou de renda mensal sejam considerados moderados, ou de habitações a custos controlados;
- ▶ A aprovação do regime dos contratos de investimento para arrendamento (“CIA”), incluindo os benefícios fiscais aplicáveis neste contexto;
- ▶ A aprovação de um regime simplificado de arrendamento acessível (“RSAA”), incluindo os respetivos benefícios fiscais.

Para efeitos dos incentivos fiscais previstos, os valores de renda mensal moderada e de preço moderado de venda, não podem exceder:

- ▶ No caso da renda mensal moderada, 2,5 vezes o valor da retribuição mínima mensal prevista para 2026 (i.e., €2.300);
- ▶ No caso do preço moderado de venda, o limite superior do 2.º escalão a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º Código do IMT, na sua redação em vigor em 2025 (i.e., €648.022).

Os limites acima podem ser objeto de atualização por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da habitação, de acordo com o fator de atualização previsto no Novo Regime do Arrendamento Urbano (“NRAU”), resultante da variação do índice de preços no consumidor, sem habitação, correspondente aos últimos 12 meses.

Entre as medidas abrangidas pela autorização legislativa em apreço estão previstas as seguintes:

## Incentivos fiscais à construção, reabilitação, venda e arrendamento de imóveis a valores moderados

### Taxa reduzida de IVA de 6% sobre empreitadas de construção ou reabilitação de imóveis destinados a venda para habitação própria e permanente ou arrendamento habitacional

Prevê-se que a taxa reduzida de IVA de 6% seja aplicável a empreitadas de construção ou reabilitação de imóveis destinados à venda para habitação própria permanente do adquirente ou para arrendamento habitacional, respetivamente a preço de venda e renda mensal moderados.

No caso da venda, a mesma deverá ocorrer no prazo máximo de 24 meses a contar da data da emissão da documentação relativa ao início de utilização do imóvel.

No caso de arrendamento para habitação:

- ▶ O primeiro contrato de arrendamento deve entrar em vigor no prazo máximo de 24 meses a contar da data da emissão da documentação relativa ao início de utilização do imóvel;
- ▶ O imóvel deverá ser objeto de arrendamento em pelo menos 36 meses, seguidos ou interpolados, durante os primeiros 5 anos após a emissão da documentação acima referida.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP

Construir Portugal



Em caso de imóvel em regime de propriedade horizontal ou composto por divisões suscetíveis de utilização independente, a taxa reduzida é aplicável à parte da empreitada proporcional à área bruta de construção do edifício ou das frações e a área excedente à de implantação correspondente às frações efetivamente destinadas às finalidades acima.

O regime aplica-se ao IVA exigível a partir de 1 de janeiro de 2026 e até 31 de dezembro de 2032, quanto a prestações de serviços relativas a operações urbanísticas cuja iniciativa procedimental se inicie entre 23 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2029.

Caso deixe de se verificar alguma das condições acima, o sujeito passivo deve regularizar o imposto em falta a favor do Estado, através da submissão de declaração periódica de substituição.

### Exclusão de 50% em IRC dos rendimentos prediais

Para efeitos de determinação do lucro tributável sujeito a IRC, prevê-se que os rendimentos prediais decorrentes de contratos de arrendamento para habitação sujeitos a rendas moderadas sejam considerados apenas em 50%.

Esta exclusão será apenas aplicável aos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2029.

### Redução da taxa de IRS aplicável aos rendimentos prediais

Prevê-se que a taxa de tributação autónoma aplicável aos rendimentos prediais decorrentes de contratos de arrendamento para habitação sujeitos a rendas moderadas seja reduzida para 10% (anteriormente 25%).

Esta taxa é aplicável aos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2029 e não prejudica a aplicação de regimes mais favoráveis (e.g. a isenção de IRS sobre rendas acessíveis).

### Organismos de investimento coletivo de apoio ao arrendamento

O regime fiscal previsto no artigo 24.º-A do EBF é revisto para passar a abranger Organismos de Investimento Alternativo (“OIA”):

- ▶ Constituídos ou cujos documentos constitutivos sejam alterados até 31 de dezembro de 2029;e
- ▶ Cujos documentos constitutivos prevejam que o respetivo ativo seja composto em 5% ou mais por direitos de propriedade ou outros direitos de conteúdo equivalente sobre imóveis que sejam objeto de contratos celebrados ao abrigo do regime simplificado de arrendamento acessível (“RSAA”) ou de outros diplomas que promovam o arrendamento ou subarrendamento habitacional a preços acessíveis;e

- ▶ Cujos ativos, na percentagem mínima acima, atendendo ao valor de balanço relativo ao último dia do período de tributação imediatamente anterior ao dos rendimentos auferidos, sejam objeto de contratos celebrados ao abrigo do RSAA ou de outros diplomas conforme acima.

Relativamente aos OIA elegíveis:

- ▶ Os rendimentos auferidos por participantes ou acionistas, decorrentes de unidades de participação ou participações sociais, respetivamente, sob a forma de distribuição, que respeitem a resultados do período de tributação imediatamente anterior, são tributados à taxa de 5% na proporção correspondente aos rendimentos resultantes de contratos de arrendamento ou subarrendamento habitacional previstos acima;
- ▶ Aos restantes rendimentos auferidos por participantes ou acionistas, decorrentes de unidades de participação ou participações sociais, respetivamnete, sob a forma de distribuição ou mediante operação de resgate ou liquidação, é, para efeitos de IRS ou de IRC, deduzido um montante correspondente à percentagem de exclusão aplicável consoante a percentagem do ativo do OIA elegível para efeitos do regime, de acordo com a tabela seguinte:

Ativo elegível	Exclusão de tributação
Mais de 5% até 10%	2,50%
Mais de 10% até 15%	5%
Mais de 15% até 25%	7,50%
Mais de 25% a 50%	15%

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP  
Construir Portugal



- ▶ Aos OIA que se enquadrem nos dois últimos escalões da tabela acima é aplicável uma redução em 25 % da taxa de Imposto do Selo aplicável sobre o valor líquido global do OIA.

### Reinvestimento de valores de realização na aquisição de imóvel destinado ao arrendamento para habitação com renda moderada

É previsto o alargamento do regime do reinvestimento, em sede de IRS, dos valores de realização com a transmissão de imóveis destinados a habitação quando o valor de realização, deduzido da amortização de eventual empréstimo contraído para a aquisição do imóvel, seja reinvestido na aquisição de outro imóvel situado em território nacional, destinado ao arrendamento para habitação com renda moderada.

Para efeitos do regime:

- ▶ O reinvestimento deve ser efetuado entre os 24 meses anteriores e os 36 meses posteriores à data da realização;
- ▶ Deve ser celebrado contrato de arrendamento nos seis meses contados do reinvestimento ou, se posterior, da data de realização da mais-valia;
- ▶ O imóvel em que seja concretizado o reinvestimento deve ser objeto de contrato de arrendamento habitacional, durante, pelo menos 36 meses, seguidos ou interpolados, nos primeiros cinco anos após o reinvestimento, salvo impedimento justificado;

Esta medida será aplicável até 31 de dezembro de 2029.

### Benefícios fiscais aplicáveis a arrendatários e adquirentes de habitações de custos controlados

Prevê-se que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem aprovar, relativamente à primeira aquisição de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, quando se trate de habitações de custos controlados, uma isenção de IMT e Imposto do Selo aplicável a imóveis de valor até EUR 330.539.

Ficam excluídos dos benefícios fiscais previstos no RSAA os sujeitos passivos que sejam proprietários de prédio urbano habitacional, à data da transmissão ou em qualquer momento nos três anos anteriores.

### Contratos de investimento para arrendamento habitacional (“CIA”)

É prevista a possibilidade de concessão de benefícios fiscais através de CIA com o Estado, representado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), com um período de vigência de até 25 anos a contar da respetiva celebração.

Serão elegíveis para efeitos de celebração de CIA, os investimentos em que:

- ▶ A área de construção de edifícios a destinar a arrendamento habitacional corresponda, pelo menos, a 700/1000 da totalidade da área de construção de edifícios abrangida (podendo o remanescente ser afeto a usos complementares ou compatíveis com a habitação);
- ▶ O valor mensal da renda dos contratos de arrendamento habitacional ou arrendamento para subarrendamento habitacional não exceda os limites de renda moderada.

Entre outras condições, apenas serão elegíveis os investidores que:

- ▶ Tenham capacidade técnica e de gestão, bem como contabilidade organizada;
- ▶ Apresentem a situação tributária e contributiva regularizada.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP  
Construir Portugal



Prevê-se que aos CIA são aplicáveis os seguintes benefícios fiscais:

- ▶ Isenção de Imposto Municipal sobre a Transmissão de Imóveis ("IMT") e Imposto do Selo na aquisição de terrenos para construção ou prédios urbanos ou mistos para arrendamento habitacional ou arrendamento para subarrendamento habitacional;
- ▶ Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis ("IMI"), relativamente aos imóveis referidos acima, por um período de até 8 anos, a contar do ano da aquisição dos imóveis, inclusive;
- ▶ Redução de 50 % da taxa de IMI relativamente aos imóveis referidos acima, durante o período remanescente de vigência do CIA, com o limite máximo de 5 anos, prorrogáveis por iniciativa do Município, por igual período;
- ▶ Isenção do Adicional ao IMI relativamente aos imóveis referidos acima durante todo o período de vigência do CIA;
- ▶ Aplicação da taxa reduzida de 6% de IVA às empreitadas de construção ou reabilitação dos imóveis referidos acima;
- ▶ Restituição de 50% do montante equivalente ao IVA suportado em serviços de arquitetura, projetos e estudos relacionados com a construção ou reabilitação dos imóveis referidos acima;
- ▶ Redução de 50% da taxa de Imposto do Selo aplicável sobre o valor global do ativo de OIA, em função da proporção dos ativos detidos pelo OIA objeto de contratos de arrendamento habitacional ou arrendamento para subarrendamento habitacional abrangidos pelo CIA.

Os benefícios fiscais em sede de IMT e IMI dependem de deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

Os imóveis devem ser objeto de contratos de arrendamento habitacional ou arrendamento para subarrendamento habitacional, nos termos do CIA, não podendo ser excedidos os seguintes prazos, contados da assinatura do CIA:

- ▶ No caso de terrenos ou prédios para construção ou reabilitação e arrendamento, 5 anos;
- ▶ No caso de prédios urbanos para arrendamento, 1 ano.

As alterações legislativas e regulamentares que alterem o regime de fixação e atualização de rendas ou outro regime contratual relevante que afete o equilíbrio económico-financeiro dos contratos celebrados ao abrigo de um CIA, conferem ao investidor o direito a indemnização nos termos do Código dos Contratos Públicos.

A resolução do CIA por motivo previsto no regime implica a perda dos benefícios fiscais atribuídos pelo CIA até à data da notificação da resolução e a reposição de um montante entre 30% a 100% dos benefícios, dependendo do número de anos em falta para o termo do prazo de vigência do CIA.

## Regime Simplificado de Arrendamento Acessível ("RSAA")

É previsto um regime aplicável a contratos de arrendamento acessível que passa a aplicar-se em substituição do Programa de Apoio ao Arrendamento, que é revogado.

São abrangidos pelo regime os contratos:

- ▶ Em que a renda mensal seja igual ou inferior ao limite máximo por tipologia a definir em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da habitação, tendo por base 80% da mediana de valores de renda divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. para o concelho do locado, os quais são objeto de atualização automática de acordo com o fator de atualização previsto no NRAU, resultante da variação do índice de preços no consumidor, sem habitação, correspondente aos últimos 12 meses;
- ▶ Com um prazo mínimo de 3 anos, no caso de contrato para residência permanente.

Os rendimentos obtidos com contratos de arrendamento habitacional, arrendamento para subarrendamento habitacional e subarrendamento habitacional que observem as condições do RSAA são isentos de tributação em IRS e IRC.

Caso o contribuinte opte pelo englobamento dos rendimentos prediais, para efeitos de IRS, os rendimentos isentos ao abrigo do RSAA são obrigatoriamente englobados para efeito de determinação da taxa a aplicar aos restantes rendimentos.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP  
Construir Portugal



O incumprimento das condições previstas no RSA implica a regularização da diferença entre o montante do imposto que foi pago em cada ano e aquele que deveria ter sido pago, acrescida de juros compensatórios.

## Outras medidas fiscais

### Aumento das deduções associadas ao pagamento de rendas de habitação

O limite da dedução anual, pelos arrendatários, em sede de IRS, das rendas pagas no âmbito de contratos de arrendamento habitacional é aumentado, sendo o aumento progressivo, para €900 em 2026 e para €1.000 a partir de 2027, inclusive, sem prejuízo da possibilidade de majoração nos casos de contribuintes com um rendimento coletável anual igual ou inferior a €30.000, se superior.

### Agravamento da taxa de IMT na aquisição de prédios urbanos ou frações autónomas por não residentes

É previsto um agravamento para 7,5% da taxa de IMT a aplicar na aquisição, por não residentes, de prédio urbano ou fração autónoma de prédio urbano destinado a habitação, salvo quando:

- ▶ O imóvel seja destinado ao arrendamento habitacional com renda moderada no prazo de 6 meses após a aquisição e por um período não inferior a 36 meses, seguidos ou interpolados, nos primeiros 5 anos após a aquisição.
- ▶ O adquirente tenha sido no passado residente para efeitos fiscais em Portugal ou se torne residente no prazo de 2 anos contados da data de aquisição do imóvel.

1 IRS

2 SS

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 I&BF

9 C&T

10 CF

11 CP

Construir Portugal





Shape the future  
with confidence

EY | Building a better working world

Sobre a EY

A EY tem como propósito construir um mundo melhor de negócios, ajudando a criar valor a longo prazo para os seus clientes, colaboradores e a sociedade, bem como a gerar confiança nos mercados.

Dotados de informação e de tecnologia, várias equipas da EY, em mais de 150 países, asseguram confiança através da auditoria e ajudam os seus clientes a crescer, transformar e operar.

All in para moldar o futuro com confiança.

Através de serviços de auditoria, consultoria, fiscalidade, transações, estratégia e serviços jurídicos, as equipas da EY pretendem colocar melhores perguntas para encontrar novas respostas para as complexas questões que o nosso mundo enfrenta hoje.

EY refere-se à organização global, e pode referir-se a uma ou mais firmas-membro da Ernst & Young Global Limited, cada uma das quais uma entidade juridicamente distinta. A Ernst & Young Global Limited, firma sedeadada no Reino Unido, limitada por garantia, não presta serviços a clientes. Informações sobre como a EY recolhe e utiliza dados pessoais e uma descrição dos direitos que os titulares dos dados têm ao abrigo da legislação de proteção de dados estão disponíveis em [https://www.ey.com/pt\\_pt/legal-and-privacy/privacy-statement](https://www.ey.com/pt_pt/legal-and-privacy/privacy-statement).

As firmas-membro da EY não prestam serviços jurídicos quando tal seja vedado pela legislação local. Para mais informação sobre a nossa organização, por favor visite [ey.com](https://www.ey.com).

© 2026 Ernst & Young S. A.  
Todos os direitos reservados.

Este material foi preparado para fins meramente informativos e não se destina a ser considerado como aconselhamento contabilístico, fiscal, ou outro aconselhamento profissional. Por favor consulte-nos para aconselhamento específico.